

ELEIÇÕES

Reforço de observadores do exterior

TSE anuncia que vai trazer mais de 100 autoridades internacionais para acompanhar pleito. PGR defende sistema eleitoral

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edson Fachin, afirmou que a Corte pretende trazer mais de **100 observadores** internacionais para acompanhar as eleições de outubro. O ministro também anunciou a criação de uma rede para garantir a vinda ao Brasil de representantes da União Europeia.

“Nossa meta é ter mais de 100 observadores internacionais durante o processo eleitoral no Brasil. Estamos convidando, de forma inédita, para atuarem como observadores de nosso pleito todos os organismos e centros especializados internacionais relevantes”, ressaltou, no evento Democracia e Eleições na América Latina e os Desafios das Autoridades Eleitorais, no TSE.

O ministro afirmou, também, que será criada uma rede para que observadores da União Europeia acompanhem a votação. Uma carta convite foi enviada em março para o bloco.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), que insiste em lançar dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral, é contra a iniciativa e chegou a pressionar o Itamaraty para evitar os convites.

Fachin lembrou episódios de agressão em cenários polarizados em outros países, como a invasão do Capitólio, em Washington, em 6 de janeiro do ano passado, e os ataques sofridos pelo Instituto Nacional Eleitoral do México. “São exemplos do cenário externo de agressões às instituições democráticas, que não nos pode ser alheio. É um alerta para a possibilidade de regressão a que estamos sujeitos e que pode infiltrar-se em nosso ambiente nacional — na verdade, já o fez”, observou.

O magistrado enfatizou que o Brasil “não cederá a aventuras autoritárias” e que é dever da sociedade garantir estabilidade, paz e segurança. Ele voltou a destacar a lisura do sistema eleitoral. “É a urna eletrônica que traz paz e segurança ao

Convidados

Foram chamados pelo TSE para observarem as eleições: Organização dos Estados Americanos (OEA), Parlamento do Mercosul, Rede Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore), Centro Carter, Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (Ifes) e Rede Mundial de Justiça Eleitoral.

nosso processo”, frisou.

Augusto Aras

Ontem, o procurador-geral da República, Augusto Aras, saiu em defesa do sistema eleitoral. “As tensões são normais na democracia, mas o Ministério Público e a Justiça Eleitoral estão atentos a ataques e atuantes no combate às fake news, de modo a assegurar a lisura e a segurança jurídica do pleito deste ano”, frisou o PGR, em almoço, em São Paulo, com empresários, investidores e juristas. O encontro, promovido pelo grupo Esfera Brasil, teve como objetivo discutir o momento do país, os desafios e cenários nos campos político, jurídico e econômico.

Aras ressaltou, também, que a estabilidade institucional é essencial tanto para a democracia quanto para a economia. Ele destacou que o processo eleitoral deste ano ocorrerá sem qualquer possibilidade de ruptura.

“O Brasil tem instituições democráticas em pleno funcionamento. O país terá eleições e quem vencer o pleito em outubro será o próximo presidente”, assegurou Augusto Aras. **(Com informações do portal da PGR).**

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Fachin no evento de ontem: magistrado enfatizou que o Brasil “não cederá a aventuras autoritárias”

Bolsonaro aciona STF contra Moraes

O presidente Jair Bolsonaro (PL) ingressou, ontem, com uma notícia-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) para que o ministro Alexandre de Moraes, da Corte, seja investigado por suposto abuso de autoridade. O chefe do Executivo alegou “sucessivos ataques à democracia, desrespeito à Constituição e desprezo aos direitos e garantias fundamentais”.

Bolsonaro também requer ao Supremo o envio de cópia integral dos inquéritos das fake news, dos atos antidemocráticos e das mídias digitais. Ele questiona os crimes dos quais é acusado por causa da live que fez em 29 de julho do ano passado, na qual levanta suspeitas contra as urnas

eletrônicas, sem apresentar provas. O advogado Eduardo Magalhães, que escreveu a peça entregue ao STF, diz que há “um evidente excesso” e “uma clara falta de justa causa fundamentada”. Ele alega também não ter ocorrido “nenhum crime nos fatos investigados” e que são “manifestações livres de pensamento”.

No documento, a defesa sustenta a acusação contra Moraes em cinco pontos: duração não razoável da investigação, negativa de acesso aos autos, prestação de informação inverídica sobre procedimento, exigência de cumprimento de obrigação sem amparo legal, instauração de Inquérito sem justa causa.

Ontem, Bolsonaro voltou à

carga contra o Judiciário. Ele afirmou que para garantir a democracia, o “cidadão de bem” deve estar armado. “Nós defendemos o armamento para o cidadão de bem porque entendemos que a arma de fogo, além de uma segurança pessoal para as famílias, é a segurança para a nossa soberania nacional e a garantia de que a nossa democracia será preservada, não interessa os meios que, porventura, um dia tenhamos que usar. A nossa democracia e a nossa liberdade são inegociáveis”, disse, em evento na cidade de Propriá (SE).

No mesmo discurso, Bolsonaro fez um novo aceno a profissionais da segurança pública, que pressionam por uma

reestruturação das carreiras prometida pelo governo. “Lamentamos o poder aquisitivo dos servidores públicos, mas tenho certeza de que brevemente isso será recuperado. Em especial nossa Polícia Rodoviária Federal, que está nos acompanhando neste momento”, prometeu.

Bolsonaro esteve acompanhado do ex-presidente e senador Fernando Collor de Melo (PTB-AL) e de parlamentares do Centrão. A aparição com políticos de PTB, PP, PL, MDB e PSD foi acompanhada da frase. “Vejo cada vez mais o interesse de vocês pelo destino da nação e se libertando cada vez mais da velha política brasileira”. **(Cristiane Noberto, com Agência Estado)**

PF reforçará segurança de candidatos ao Planalto

Preocupada com o risco de violência e o cenário polarizado das eleições, a Polícia Federal começou a convidar presidentes dos partidos a participar de reunião sobre planejamento de segurança para os candidatos ao Planalto. O encontro deve ocorrer no próximo dia 31, na sede da corporação, em Brasília.

A PF tem antecipado suas ações por temer ataques a

presenciáveis, como aconteceu em 2018, com o então candidato Jair Bolsonaro, em Juiz de Fora (MG). O então postulante do PSL sofreu um golpe de faca na região do abdômen, desferido por Adélio Bispo de Oliveira.

Em fevereiro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pré-candidato ao pleito deste ano, mudou-se de São Bernardo do Campo para São Paulo por

motivos de segurança.

O documento entregue aos partidos é assinado pelo delegado Marinho Junior, diretor executivo substituto da PF. A antecipação ocorre por conta do curto período entre as convenções que devem oficializar as candidaturas (de 20 de julho a 5 de agosto) e o início da campanha eleitoral, em 16 de agosto.

O objetivo da reunião é definir o número de agentes e como será

feita a segurança dos envolvidos. A quantidade vai depender do que o político pode demandar e da equipe particular que ele tem condições de contratar.

Vários agentes têm passado por treinamento especializado na Academia de Polícia Federal. A corporação estima em 30 o número de policiais para cada candidato, que pode mudar dependendo da avaliação de risco.

O assunto também é alvo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O presidente da Corte, Edson Fachin, admitiu temer ataques violentos no pleito. Uma série de reuniões foram agendadas desde março com órgãos de segurança e autoridades para tratar do tema.

Um estudo do Observatório da Violência Política e Eleitoral da Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro (Unirio), publicado em abril, mostrou que aumentou em 48,7% os casos de violência contra lideranças políticas no primeiro trimestre de 2022, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A pesquisa contabilizou 113 registros em 23 estados. O Rio lidera o ranking, com 14 casos. Em seguida, Bahia (12), Pará (12) e São Paulo (11). **(LP)**

» Entrevista | GUILHERME BOULOS | PRÉ-CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL

“Eleição será uma encruzilhada”

» ISABEL DOURADO*

Pré-candidato a deputado federal, Guilherme Boulos (PSol-SP) afirmou que o Brasil vive um momento muito grave, que exige uma forte mobilização em favor da democracia. Boulos desferiu duras críticas a Bolsonaro, mas também crítica Lula, apesar de votar nele em outubro. Boulos afirma que, se dependesse do PSol, Geraldo Alckmin não seria vice do petista, por causa da gestão do ex-tucano no Palácio dos Bandeirantes. Confirma os principais trechos da entrevista à jornalista Ana Maria Campos, no programa *CB.Poder*, parceria entre o *Correio* e a TV Brasília.

O seu livro *Sem medo do futuro* fala de questões do país. Traz

mais soluções ou problemas?

Foca mais em soluções do que em problemas. O objetivo é refletir um pouco sobre como chegamos aqui. O Brasil está em um atoleiro. Tem um presidente da República que praticou um morticínio na pandemia, que fez com que o terceiro produtor de alimentos do mundo voltasse ao mapa da fome. É um presidente que fez a inflação, depois de 30 anos, assombrar o povo. E a reflexão é um pouco de como chegamos, que Brasil é este que colocou Bolsonaro no poder. E, sobretudo, a parte de como nós podemos pensar uma saída, um Brasil pós-Bolsonaro.

Por que não concorrer novamente ao Planalto ou não

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



disputar o governo paulista?

Eu poderia ser candidato novamente à Presidência, mas não estamos vivendo um ano qualquer. A eleição de 2022 não é entre dois candidatos, entre dois projetos políticos no campo democrático, é uma encruzilhada entre a democracia e a barbárie. Há momentos em que precisamos

colocar as diferenças e em segundo plano. Por isso, decidi não ser candidato a presidente nem a governador. Defendo que se construa uma unidade em torno de Fernando Haddad (PT) em São Paulo. O pessoal fala que é o estado mais avançado, mas é, também, uma capitania hereditária, com o mesmo grupo político há

28 anos, o PSDB. Precisamos estar unidos para tirá-los de lá.

Em muitos desses anos, o governador de São Paulo era Geraldo Alckmin, que agora está com Lula.

Se a escolha fosse do PSol, não seria Alckmin. E digo não só como militante do PSol, mas como alguém que foi professor em escola pública no governo dele. Sou militante por luta, por moradia, há mais de 20 anos, e o governo dele foi marcado por despejos. Agora, repito aqui: estamos vivendo um momento grave na história do país. O fato de ter diferenças públicas e notórias com Alckmin não vai me impedir de fazer campanha para Lula.

Existe clima para golpe no país? As Forças Armadas aceitariam?

Acho que é esse o ponto. Bolsonaro gostaria de dar um golpe. Agora, 2022 não é 1964. Até as condições internacionais não são mais as mesmas. Qual é a preocupação? É de Bolsonaro mobilizar

a sua milícia privada. Aumentou o número de concessões de licença de arma de 200 mil para 650 mil. Bolsonaro mobiliza parte desses grupos do clube de tiro para atuar em sua defesa. Esse público, ele pode querer mobilizar para criar um estado e uma situação de caos. E qual é o antídoto? É fazer uma grande mobilização democrática e não permitir que esse discurso autoritário permaneça.

O senhor vai defender Lula quando as acusações de corrupção surgirem na campanha?

Sem dúvida. Existe um princípio no Estado de direito: qualquer cidadão é inocente até que se prove o contrário. Lula sofreu um linchamento jurídico. Uma politização do Judiciário escandalosa, conduzida por Sérgio Moro, que está indo para a lata do lixo e não conseguiu nem colocar de pé a sua campanha.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa